



Ecoturismo e desenvolvimento local na Floresta Nacional de Caxiuanã/Melgaço (PA)

Ecotourism and local development in National Forest Caxiuanã/Melgaço (PA, Brazil)

*Silvia Helena Ribeiro Cruz, Fabricio Lemos de Siqueira Mendes,
Raul Ivan Raiol de Campos*

RESUMO

A prática do ecoturismo em unidades de conservação apresenta-se como uma alternativa de uso público constantes nos planos de manejo. Na Amazônia paraense, observa-se que as lacunas de políticas públicas direcionadas para as Unidades de Conservação, sejam estaduais e/ou federais, é o principal entrave ao desenvolvimento do ecoturismo nestas áreas, assim como para a garantia de sustentabilidade dos recursos existentes, e para as comunidades tradicionais. A despeito desta problemática, vislumbra-se que o desenvolvimento local é um dos princípios do ecoturismo, sendo, portanto, uma das alternativas de manejo para essas áreas. Desse modo, este estudo objetivou analisar as possibilidades do ecoturismo na Floresta Nacional de Caxiuanã/Melgaço (PA), enquanto alternativa de desenvolvimento local, manejo dos recursos de forma sustentável e envolvimento das comunidades locais. Para o alcance dos resultados foi realizado, revisão bibliográfica e documental, um *survey* na área, particularmente na Estação Científica Ferreira Penna, base do ICMBIO, além da comunidade Brabo, momento em que se fez levantamento de dados, entrevistas, registro fotográfico e observação direta quanto as possibilidades para o desenvolvimento local, tendo como foco o ecoturismo. Os resultados demonstram que os recursos naturais e culturais da FLONA são fatores preponderantes para o desenvolvimento do ecoturismo, com possibilidades de segmentação e tipologias diversas, como: observação de pássaros; ecoturismo; turismo de base comunitário; turismo científico. Porém, urge a definição de um documento norteador com estratégias e diretrizes para regulamentar as ações e operação das atividades; parcerias entre as instituições que desenvolvem pesquisas, fiscalização e controle ambiental da área; além de criar instrumento de governança, planejamento e empoderamento das instituições e populações locais.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; Desenvolvimento Local; Caxiuanã; FLONA.

ABSTRACT

The practice of ecotourism in protected areas is presented as an alternative to constant public use in the management plans. In Pará Amazon, it is observed that public policy gaps directed to the protected areas, are state and / or federal, is the main obstacle to the development of ecotourism in these areas, as well as guaranteeing sustainability of existing resources, and for traditional communities in these areas. Despite this problem, one sees that the local development is one of the ecotourism principles and is therefore one of the management alternatives for these areas. Thus, this study aimed to analyze the possibilities of ecotourism in the National Forest Caxiuanã/Melgaço (PA, Brazil), as an alternative to local development, management of sustainable resources and involvement of local communities. To achieve the results was carried out, documentary and bibliographical review, a survey in the area, particularly in the Ferreira Penna Scientific Station, base ICMBIO, beyond Brabo community, when we did survey data, interviews, photographic records and direct observation as the possibilities for local development, focusing on ecotourism. The results show that natural and cultural resources of the National Forest are important factors for the development of ecotourism, with segmentation possibilities and various types, such as bird watching; ecotourism; Community-based tourism; scientific tourism. However, it is urgent to define a guiding document with strategies and guidelines to regulate the actions and operation of activities; partnerships between institutions that develop research, monitoring and environmental control area; and create governance tool, planning and empowerment of local institutions and populations.

KEYWORDS: Ecotourism; Local Development; Caxiuanã; FLONA.

Desenvolvimento Local e Ecoturismo na Amazônia Paraense

O pensamento conceitual sobre ecoturismo, historicamente, constrói-se tendo como base princípios de desenvolvimento, meio ambiente, sustentabilidade e proteção dos recursos, sejam eles naturais, sociais e culturais. A partir da década de 1980 tais conceitos foram pensados e construídos pelas reflexões, principalmente, em torno dos problemas ambientais e sociais que se tornaram expoentes no mundo, sendo eles as questões climáticas, desmatamentos nas florestas tropicais, remanejamento de populações com vistas as construções de barragens e hidrelétricas, impactos em culturas tradicionais, especialmente, quanto às populações dos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas.

Neste contexto, as discussões sobre desenvolvimento avançam no sentido de elucidar possibilidades que pudessem melhorar as condições de vida, e em consequência garantir o desenvolvimento às comunidades tradicionais. Sendo assim, o ecoturismo, por apresentar princípios de desenvolvimento em que há preocupações com a minimização de impactos, uso dos recursos de forma responsável, envolvimento das comunidades em suas práticas, é apresentado enquanto um conceito que se constrói a partir de compromissos e pactos tendo como base o desenvolvimento local.

Temporalmente as décadas de 1980 e 1990 foram essenciais ao amadurecimento dos conceitos de ecoturismo e em âmbito internacional, a Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES, 2015) define como *“viagem responsável a áreas naturais que conserva o meio ambiente, sustenta o bem-estar das populações locais, e envolve interpretação e educação”*, consolidando os princípios longamente discutido entre pesquisadores e estudiosos. Ainda, em nível nacional o Ministério do Meio Ambiente do Brasil lança em 1994, o seguinte conceito:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Os conceitos, que tem a função de nortear, orientar e conduzir as discussões sobre determinada temática, trouxe neste caso, a importância de ao traçar políticas públicas, estas fossem calcadas em princípios e elementos que pudessem de certa forma, definir o ecoturismo para que o processo de discussões, tanto em nível científico, quanto em nível técnico fosse embasado, visando as definições operacionais desse segmento do turismo. E, mais ainda, observa-se que os conceitos e/ou definições propugnam o desenvolvimento com envolvimento das comunidades.

Autores como Silva (2007) tentando construir um entendimento concernente ao termo ecoturismo, diz que Sousa; Menezes e Costa (*apud* SILVA, 2007, p.107) sublinham ideias de conservação ecológica e que estas devem ter quatro elementos fundamentais:

Em primeiro lugar a noção de movimento ou viagem de um lugar a para outro. Essa viagem deve ser restrita a áreas naturais relativamente tranquilas e protegidas, pois o ecoturismo recai fundamentalmente sobre experiências em áreas naturais. As áreas naturais protegidas oferecem a melhor garantia para se encontrarem aspectos e atrações naturais sustentadas. Em segundo o ecoturismo pode "rejuvenescer" a natureza. A reabilitação de áreas degradadas como resultado de atividade humana, pode ser classificada como ecoturismo, já que nesse caso, há uma contribuição clara a conservação do meio ambiente e um benefício direto a comunidade local. Em terceiro lugar, o ecoturismo é indutor da conservação, e visa a levar pequenos grupos de pessoas a áreas naturais ou de proteção, com um mínimo impacto sobre o ambiente físico, social e cultural. A quarta ideia a ser considerada em uma definição do ecoturismo é que ele "o turismo nos dias atuais tem um papel educativo. Geralmente, o ecoturista expressa um forte desejo de aprender sobre a natureza em suas viagens.

Sendo assim, observa-se que o desenvolvimento local é inserido como uma categoria fundamental ao ecoturismo, que estabelece as relações nos processos de planejamento e operacionalização. No contexto do ecoturismo o desenvolvimento local apresenta-se como um princípio fundamental a consolidação das ideias de operacionalizar de forma responsável, de proteção às áreas naturais e ao mesmo tempo possibilitando tanto aos turistas, quanto aos visitados, experiências de vivência, respeitando as tradições e valores locais; oportunidades de envolvimento direto na operação do turismo, além de participação nas decisões, empoderando as comunidades envolvidas.

O desenvolvimento local em sua dimensão mais conceitual nos remete a entender, segundo Tabosa (2015, p.4),

O conceito de desenvolvimento local representa uma estratégia que deve garantir para o território em questão – seja comunidade, município ou microrregião – uma melhoria das condições socioeconômicas a médio e longo prazo (Abramovay, 1998). De caráter, fundamentalmente endógeno, este conceito busca um processo sustentável de aproveitamento das oportunidades e capacidades locais, pressupondo a participação de todos os atores sociais e econômicos, públicos e privados. De acordo com INCRA/PNUD (1995) este processo deve representar não a aplicação de pacotes tecnológicos ou empresariais, mas um processo dinamizador e catalisador das oportunidades existentes naquele território.

Este entendimento quebra alguns paradigmas do desenvolvimento, pois a dimensão “local” reafirma a necessidade de garantir a participação, fortalecendo elementos do território vivido, capacitando os agentes locais com vistas a aproveitar suas potencialidades em benefício de sua comunidade, impactando positivamente, e valorizando a criatividade, iniciativa e a socioeconomia local. Sendo assim, ecoturismo e desenvolvimento local são duas categorias precípuas para garantir o desenvolvimento das áreas protegidas na Amazônia, principalmente quando se percebe que as comunidades locais apresentam recursos únicos, com potencial social e econômico, e que com participação haverá maiores possibilidades de engajamento e comprometimento com o processo de desenvolvimento. Barquero (2006 *apud* TABOSA, 2015, p.4) comenta que

a sociedade local tem um papel proeminente no desenvolvimento equilibrado e sustentado de uma região no longo prazo, através dos seus processos de organização e relação social, ou seja, a forte identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas e os novos desenhos de relações sociais, e os novos valores encontram um eco favorável nas zonas de desenvolvimento local. Desta feita, tendem a integrar-se com um mínimo de custos sociais e culturais, já que são respostas visíveis aos problemas locais.

O ecoturismo e o desenvolvimento local, configura-se como um campo fértil para garantir a adequação e pactuar compromissos quanto ao avanço da operação e reflexão sobre as condições adequadas de planejar o ecoturismo. Principalmente, quando apresenta alguns critérios como; o respeito às tradições e valores locais; oportunidades de amplo envolvimento local nos arranjos produtivos do turismo, considerando sempre as decisões tomadas conjuntamente entre comunidade, governo local e iniciativa privada; participação ativa no desenvolvimento turístico; o ecoturismo sendo uma atividade complementar à economia local; ações desenvolvidas pela própria comunidade e observar quando ações inadequadas são capazes de inviabilizar os princípios do desenvolvimento local do ecoturismo.

Portanto, este estudo analisa na Amazônia paraense as lacunas de políticas públicas direcionadas para as Unidades de Conservação, sejam estaduais e/ou federais, sendo o principal entrave ao desenvolvimento do ecoturismo nestas áreas, assim como para a garantia de sustentabilidade dos recursos existentes, e para as comunidades tradicionais. Para o alcance dos resultados foi realizado, revisão bibliográfica e documental, um *survey* na área, particularmente na Estação Científica Ferreira Penna, base do ICMBIO, além da comunidade Brabo, momento em que se fez levantamento de dados, entrevistas, registro fotográfico e observação direta quanto as possibilidades para o desenvolvimento local, tendo como foco o ecoturismo. A despeito desta problemática, vislumbra-se que o desenvolvimento local é um dos princípios do ecoturismo, sendo, portanto, uma das alternativas de manejo para essas áreas. Desse modo, este estudo objetivou analisar as possibilidades do ecoturismo na Floresta Nacional de Caxiuanã/Melgaço/PA, enquanto alternativa de desenvolvimento local, manejo dos recursos de forma sustentável e envolvimento das comunidades locais.

A Floresta Nacional de Caxiuanã/Melgaço (PA): possibilidades para o ecoturismo

A Floresta Nacional de Caxiuanã foi criada 1961, pelo Decreto Nº 239/1961, com o objetivo de preservar áreas dos municípios de Portel e Melgaço. Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (2016), a área de Caxiuanã corresponde a 317.946,37 hectares, abrangendo as áreas dos municípios que a unidade está inserida, e a Zona de Amortecimento (ZA). Segundo o ICMBIO (2013, pag. 1),

No caso da Floresta Nacional de Caxiuanã, inclui os municípios de Portel e Melgaço por conterem a Unidade de Conservação, Porto de Moz e Gurupá pela proposta da ZA abranger parte desses municípios, e por ter seu núcleo urbano próximo ao limite sul da FLONA e ser uma área que influencia a Unidade, também foi considerado o município de Senador José Porfírio. A Região abrange uma área de 7.246.558,26 há e uma população de 153.043 habitantes (IBGE, 2010). Desta área, cerca de 322.400 há da área dos municípios de Portel e Melgaço, são ocupados pela Unidade

de Conservação (UC), sendo que Portel detém 59% da Flona em seu território e Melgaço resguarda os outros 41%.

É administrada pelo ICMBIO, o que significa dizer que possui a prerrogativa de uso múltiplo dos recursos naturais, de forma sustentável, possui também o incentivo a pesquisa científica. O plano de manejo sustentável foi aprovado em 2013. A Flona faz limite com algumas áreas com destinação especial como: ao norte a Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço (RESEX Gurupá-Melgaço), a Comunidades Remanescentes de Quilombos de Gurupá e o Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PAEX) Camutá do Pucurui e a oeste com o PAEX Majari (ICMBIO, 2013 p.1), ver Figura 1.

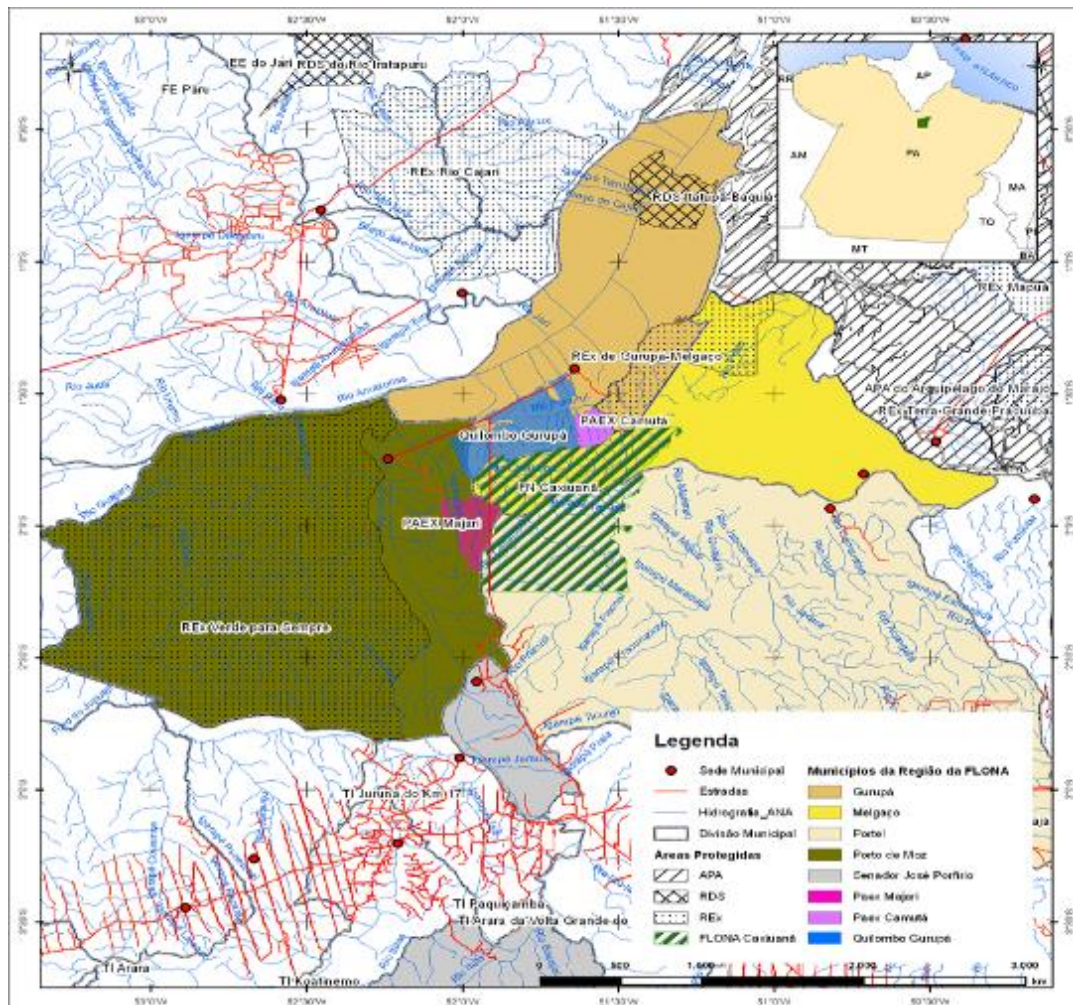


Figura 1: Localização da FLONA, Região e Outras Áreas Destinadas. **Fonte:** ICMBIO (2013).
Figure 1: Location of FLONA, Region and Other Targeted Areas. **Source:** ICMBIO (2013).

Recentemente foi lançado o edital de concessão de uso, que devem ser usados para o manejo florestal sustentável, tais concessões serão realizadas através de licitações. Com as concessões de uso para manejo florestal sustentável surgirão oportunidades para o ecoturismo ser desenvolvido na região, conforme versa o próprio plano de manejo de Caxiuanã no item 6.8, o qual trata sobre o programa de educação ambiental e uso público, que permite a utilização da FLONA para atividades de lazer e

ecoturismo de base sustentável. Caxiuanã por ser classificada como Floresta Nacional, tem como objetivo a pesquisa científica voltada para a preservação da biodiversidade, e o uso múltiplo dos recursos naturais, com ênfase na exploração sustentável de florestas nativas, partindo desse pressuposto o plano de manejo da FLONA de Caxiuanã, contempla a atividade turística como forma de desenvolvimento sustentável.

A FLONA de Caxiuanã possui 15 comunidades, sendo que 10 delas estão localizadas no entorno da Floresta Nacional, pois fazem parte da chamada zona de amortecimento, que por possuírem influencia na FLONA são consideradas áreas de abrangência. Estas comunidades fazem parte dos municípios de Gurupá, Porto de Moz e Senador José Porfírio. As comunidades localizadas dentro da zona territorial de Caxiuanã são cinco, a saber, Comunidade da Baía de Caxiuanã, Comunidade da Pedreira, Comunidade do Laranjal, Comunidade do Rio Cariatuba e Comunidade do Rio Pracupi (Figura 2).



Figura 2: Comunidade do Brabo – FLONA de Caxiuanã. **Fonte:** pesquisa de Campo, 2015.
Figure 2: Community of Brabo - FLONA of Caxiuanã. **Source:** Field Research, 2015.

Quanto aos aspectos econômicos de emprego e renda, os comunitários que residem nessas comunidades, têm como principal atividade de subsistência o extrativismo do açaí, da castanha do Pará, extração de óleos de copaíba (*Copaifera langsdorffii*), andiroba (*Carapa guianensis*), do consumo de frutas silvestres ou até mesmo cultivadas, como o buriti (*Mauritia flexuosa*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*), bacuri (*Platonia insignis*), dentre outros, sendo que as plantas medicinais também participam do cotidiano dos ribeirinhos.

Nas comunidades há também o manejo de cipós, fibras e talas, todos usado na fabricação de artefatos domésticos como vassouras, peneiras, tipitis, peneiros, dentre outros objetos de utilidade doméstica. Os aspectos econômicos estão pautados na subsistência, ou seja, não há produção visando a comercialização externa, no qual os ribeirinhos caçam, pescam somente para seu sustento, coletam frutos, óleos, resinas, fibras, corantes e outros materiais silvestres. A agricultura se restringe aos roçados de milho (*Zea mays*), melancia (*Citrullus lanatus*), cará (*Dioscorea*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), e principalmente de mandioca (*Manihot esculenta*) usada na fabricação de farinha, esta que é usada na comercialização, em pequena escala. Tais aspectos econômicos falam muito sobre a cultura desses comunitários, no que diz respeito a caça, pesca, extrativismo e, algumas

comunidades fabricam artesanato de barro, como é o caso da comunidade Anjo da Guarda, um aspecto com muita potencialidade no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, onde o ecoturismo possui ligação direta com tal atividade, podendo contribuir positivamente para a comercialização da produção de artesanato local.

Com relação à acessibilidade, Caxiuanã possui acesso através dos municípios de Portel, Melgaço, Porto de Moz, Senador José Porfirio e Gurupá, além da possibilidade de criar uma ligação através de Breves, posto que este município, na região, é o possui maior fluxo de transporte fluvial. A questão do acesso a FLONA é um dos maiores problemas para o desenvolvimento do ecoturismo, no entanto essas dificuldades podem ser amenizadas através de investimentos e planejamento, pois o ecoturismo prescinde de deslocamento.

O Instituto Chico Mendes possui uma estrutura de apoio localizada em Breves/PA, em uma sala cedida pelo Museu Emilio Goeldi em seu prédio, bem como duas bases localizadas na FLONA, sendo que a base 1 fica na comunidade Caxiuanã e a base 2 na comunidade Pracupi.

Em 2008, foi criado, através de portaria, o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Caxiuanã, esse conselho, como o próprio nome diz, é somente em estância consultiva, não possuindo a prerrogativa de deliberação, a qual cabe a gestão da FLONA, conforme previsto no § 5º do artigo 17 da lei 9.985/ ICMBio que atua como presidente, e participantes: o Museu Paraense Emilio Goeldi, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará-EMATER/PA, Câmara Municipal de Portel, Diretoria de Meio Ambiente de Portel; Secretaria de Saúde de Portel; Prefeitura Municipal de Melgaço; Câmara Municipal de Melgaço; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Portel; Centro de Educação Ambiental de Portel – CEAP; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Portel – STR; Associação Comunitária de Comunicação de Portel; Associação de Indústrias Madeireiras e Extrativistas de Portel – AIMEP; Colônia de Pescadores Z – 68 – Melgaço; Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas de Caxiuanã – ATAC; Associação dos Agroextrativistas de Pedreira e Laranjal – AGROPEL.

O conselho consultivo é composto pela comunidade em forma de associações, fator de extrema importância para o desenvolvimento sustentável e proporciona também, a gestão democrática da FLONA, e esta iniciativa corrobora com as análises de Barquero (2006), que faz reflexões sobre a participação da comunidade, pois explica que a “sociedade local tem um papel proeminente no desenvolvimento equilibrado e sustentado de uma região no longo prazo”.

Uma das prerrogativas do ICMBio é o poder de polícia ambiental que lhe é delegado, para poder atuar na preservação da biodiversidade que se encontra em Caxiuanã, este é um de seus grandes desafios, pois um dos maiores entraves da gestão é falta de recursos humanos e financeiros, ambos dificultam a fiscalização, que é realizada através de operações. Este fato irá se intensificar, posto que foi aberto o edital de concessão para manejo florestal sustentável, com isso muito áreas sujeitas a esse manejo ficarão expostas a risco de uso indevido dos recursos naturais, fator negativo

para o ecoturismo, o qual prima pela preservação da biodiversidade, pois tem nela um de seus maiores produtos.

O Plano de Manejo produzido pelo ICMBio juntamente com as comunidades, possui vários programas, tais quais, Programa de Administração e Comunicação, Programa de Desenvolvimento Comunitário, Programa de Regularização Fundiária, Programa de Proteção e Fiscalização, Programa de Pesquisa e Monitoramento, Programa de Manejo Florestal Comunitário, Programa de Manejo Florestal Sustentável, Programa de Educação Ambiental e Uso Público e Programa de Integração Externa.

Dentro dos programas que envolvem as comunidades diretamente, estão previstas diversas ações, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável das populações tradicionais inseridas na FLONA. No programa de desenvolvimento comunitário, por exemplo, os objetivos são, apoiar o a legalização e fortalecimento de organizações sociais, associação de moradores, integrar FLONA no contexto educacional da região, para promover a participação das comunidades na preservação do equilíbrio da biodiversidade, dentre outros. Entretanto, é no Programa de Educação Ambiental e Uso Público que o ecoturismo é contemplado, permitindo a utilização da FLONA para atividades de ecoturismo, bem como a capacitação de monitores locais no atendimento a visitantes, conforme Plano de Manejo da FLONA de Caxiuanã (2013, p.30):

Promover a capacitação de monitores locais de visitação, com um cont e do programático específico, considerando que estes devem desempenhar um importante papel na experiência do visitante, proporcionando um incremento educativo e interpretativo durante a visita.

A capacitação da população local é importante, pois o ecoturismo também tem como princípio a responsabilidade social, considerando que a comunidade precisa ser inserida e beneficiada pelo ecoturismo. No entanto, o desenvolvimento sustentável deve contemplar todas as comunidades constituídas em Caxiuanã, contudo no que diz respeito ao ecoturismo em Caxiuanã, vale ressaltar que se observa dificuldades em contemplar todas as comunidades, pois é uma área extensa e de difícil acesso, esse fato necessita ser avaliado com muita cautela, do contrário poderá causar conflitos internos. Portanto a gestão da FLONA, juntamente com as comunidades deverão encontrar alternativas de usos sustentáveis para contemplar todas as comunidades, pois se deve criar oportunidades de desenvolvimento local, principalmente nas comunidades que estão no interior da FLONA.

Estação Científica Ferreira Penna: contribuições para o Ecoturismo

A Estação Científica Ferreira Penna - ECFP, foi construída dentro da FLONA de Caxiuanã, fruto de um convenio de cooperação técnica entre o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), onde este cedeu 10% da FLONA ao museu. A ECFP foi inaugurada em 1993, com aproximadamente

3.000 m² de área construída, tendo como finalidade apoiar programas de pesquisa de curto, médio e longo prazo, do MPEG e da comunidade nacional e internacional.

A ECFP conta com excelente infraestrutura, de laboratórios, estufas, alojamentos, residências, refeitório, auditórios, sala de computação, biblioteca, torre de observação (Figura 4), e diferentes tipos de embarcações, internet, assim como trilhas, infraestrutura para hospedar os pesquisadores e eventuais visitantes da estação, possui vias externas de integração, que interligam os espaços entre si, permitindo a locomoção entre os blocos através de ruas bloqueadas, com meio fio de concreto, também existe uma integração através das passarelas cobertas, onde você pode ir e vir para onde for preciso, sem se perder, mesmo porque ela conta com placas informativas, que sinalizam o nome dos espaços.



Figura 3: Estrutura da ECFP/Caxiuanã/MPEG. **Fonte:** Pesquisa de Campo, 2015.

Figure 3: Structure of ECFP/Caxiuanã/MPEG. **Source:** Field Research, 2015.

A estrutura da estação está dividida em blocos, ou áreas, o primeiro bloco que é a porta de entrada da estação conta com uma sala de administração, uma recepção (que também já funcionou como uma lojinha), um almoxarifado, uma enfermaria, dois banheiros (um feminino e um masculino), uma sala chamada de coleções, que hoje funciona com uma sala de vídeo para vinte pessoas (20). Entre o bloco da administração e os laboratórios, há um pequeno salão, passando o salão estão os laboratórios, ao todo são seis laboratórios, sendo eles de Zoologia, Botânica, eco. Física, química e o de Biologia. Desse bloco pode se seguir tanto para o restaurante quanto para a área da computação, na área da computação tem-se uma sala de computação, um auditório para sessenta pessoas, uma sala de leitura, uma biblioteca, uma copa, e mais dois banheiros, (um feminino e outro masculino). O restaurante possui uma sala de jogos, o refeitório (restaurante), uma rouparia, uma lavanderia, uma cozinha, uma sala de espera com televisão e poltronas, dois banheiros (um masculino e um feminino) e uma sala de gás.

A ECFP também desenvolve diversos projetos de pesquisa, de importância nacional e internacional, no entanto para se chegar ao conhecimento da biodiversidade, muitos desafios são enfrentados, como a escassez de recursos. Nesse sentido, o governo brasileiro criou o Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD) que atualmente é representado por 26 sítios de pesquisa em todos os biomas brasileiros. Um

desses sítios de pesquisa PELD está localizado na Estação Científica Ferreira Penna.

Outro programa é do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBIO), com a finalidade de gerar informações sobre a biodiversidade da Amazônia, assim como organizá-las e torna-las disponíveis e, conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento e o aprimoramento de políticas públicas que tenham por finalidade o uso sustentável e a conservação dos recursos genéticos existentes na região.

O Programa Ecologia, Avaliação e Monitoramento das Florestas da Estação Científica Ferreira Penna (TEAM), possui uma rede de estações no campo, em áreas que a Conservação Internacional considerou como grandes áreas selvagens tropicais: Amazônia, Andes Tropicais, América Central/Caribe, Mata Atlântica, Oeste da África, África Central, Leste da África, Madagascar, Filipinas, Indonésia, Sudeste da Ásia e Nova Guiné (Pesquisa de Campo, 2015). O objetivo é coletar dados que permitirão uma avaliação em tempo real das mudanças na biodiversidade em áreas prioritárias. Estrutura a rede de estações de campo de modo a garantir que os vários tipos de *habitats* de floresta tropical sejam monitorados, e que eles representem os diferentes tipos de uso da terra que ameaçam a biodiversidade.

Dentre as pesquisas destaca-se, Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia - LBA (*Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazonia*), é uma iniciativa internacional de pesquisa liderada pelo Brasil e está planejado para gerar novos conhecimentos, necessários à compreensão do funcionamento climatológico, ecológico, biogeoquímico e hidrológico da Amazônia, do impacto das mudanças dos usos da terra nesse funcionamento, e das interações entre a Amazônia e o sistema biogeofísico global, dentro dessa perspectiva o projeto ESECAFLOR, coordenado pela Universidade Federal do Pará – UFPA (Figura 4), que consiste em simular uma seca na floresta amazônica, contribui para os objetivos do LBA.



Figura 4: Torre de Observação do Projeto ESECAFLOR. **Fonte:** Pesquisa de Campo, 2015
Figure 4: Observation Tower Project ESECAFLOR. **Source:** Field Research, 2015

Nesse sentido, tal projeto pode ser um atrativo turístico direcionado para um segmento especializado do ecoturismo e/ou do turismo científico, envolvendo a comunidade de modo participativo, isso é de suma importância para o desenvolvimento do ecoturismo, tendo em vista que o turista do ecoturismo é muito bem informado, e o conhecimento adquirido pelas comunidades pode ser válido para a recepção destes.

A ECFP desenvolve projetos de extensão às comunidades da FLONA de Caxiuanã, tais trabalhos estão intimamente ligados ao incentivo da promoção da educação ambiental nas comunidades, como forma de preservação da biodiversidade local, bem como o incentivo à produção cultural local, tal incentivo é uma vertente abordada pelo ecoturismo, o qual pode intensificá-la, se bem planejado e executado. No que se refere às ações de extensão realizadas pela ECFPN nas comunidades, o programa Floresta Modelo de Caxiuanã, projeto muito importante para as comunidades locais, onde consiste na promoção da educação ambiental, voltada à prevenção e superação dos problemas ambientais, onde busca a valorização da memória social e do patrimônio cultural das comunidades, promovendo a produção de materiais didáticos de temática local e, a capacitação de professores, tem também a tradicional gincana, durante a Semana Nacional de Ciências e Tecnologia, que congrega a população dos municípios de Melgaço e Portel em momentos de lazer, prática esportiva, cultura e ações de cidadania envolvendo médicos, dentistas, enfermeiros e assistentes sociais.

Tais ações envolvem não só os estudantes, mas também as famílias destes, propiciando a integração de todos aos objetivos da sustentabilidade ambiental, social e econômica, com impactos mínimos nos ecossistemas presentes na FLONA. A ECFP possui como um dos seus principais objetivos a pesquisa científica e a difusão deste conhecimento a comunidade local, nacional e internacional. Ao pensar que o ecoturismo possui como princípio a proteção dos recursos naturais e culturais, o desenvolvimento de instrumentos operacionais comprometidos com a sustentabilidades destes recursos, em primeira análise a de se propor que o ecoturismo se torne um elo de articulação e indutor do capital social da FLONA, inclusive com a participação da ECFP, comunidade local e demais organismos organizados do poder público. Portanto, a Estação Científica Ferreira Penna tem muito a contribuir com o ecoturismo na FLONA de Caxiuanã, pois é detentora de informações valiosas e fundamentais para a realização dessa atividade, porquanto tem uma significância nacional e internacional no desenvolvimento de programas e projetos de igual abrangência. Assim, a ECFP tem potencial para participar de iniciativas de ecoturismo, tanto pelo seu objetivo de desenvolver pesquisa, quanto pela sua estrutura, atratividade e articulação nacional e internacional, porém, ressalta-se que há conjugar a participação da comunidade como principal protagonista do processo.

Considerações Finais

O ecoturismo apresenta-se como uma alternativa de desenvolvimento local em que a comunidade envolvida torna-se a protagonista do processo de planejamento e operacionalização, levando-se em consideração todos os

seus princípios. Vale ressaltar que a região onde a FLONA de Caxiuanã está inserida, possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, município de Melgaço com IDHM de 0,418 e município de Portel com IDHM 0,483 (PNUD, 2010). A economia está pautada no comércio local, no extrativismo, dentre outras atividades secundárias. Situado no Arquipélago do Marajó, região das florestas, não há tantas possibilidades no mercado de trabalho. Nesse sentido, o turismo e, principalmente ecoturismo tem muito a contribuir como alternativa de crescimento econômico, todavia, essa atividade não pode ser concebida como a única que trará desenvolvimento econômico, como muitos a concebem, tal entendimento pode ser catastrófico, pois tende ao esgotamento dos recursos naturais e da cultura, podendo causar o efeito contrário da sustentabilidade. A aprovação do plano de manejo sustentável, abrirá grandes possibilidades de promoção do ecoturismo, através do plano de uso público. Embora haja essa possibilidade de promoção do ecoturismo na FLONA, urge a necessidade de se criar mecanismos capazes de racionalizar o planejamento da atividade com vistas a garantir o uso racional dos recursos locais.

As comunidades locais devem ser as primeiras a participarem desse planejamento, de forma direta, pois uma das premissas do ecoturismo é a sustentabilidade social, através da participação da comunidade local em todos os processos inerentes ao desenvolvimento do ecoturismo, tal envolvimento deve ser pautado em um objetivo único, o de desenvolver com sustentabilidade a Floresta Nacional de Caxiuanã, visto que, caso contrário, haverá conflito de interesses entre os atores do processo.

Outro aspecto a ser observado, é a capacitação dos componentes das comunidades com relação ao ecoturismo, inclusive previsto no plano de manejo, com objetivo de esclarecer o que é o ecoturismo e, o que este representa para as comunidades, bem como qual é o papel dos habitantes dessas comunidades dentro do ecoturismo, e de que forma podem ajudar o indivíduo a posicionar-se nesse processo e, entender seu papel, se é fundamental para o bom desenvolvimento da atividade.

A educação ambiental também não pode ser deixada de fora desse processo, posto que o ecoturismo depende desta, através de trilhas interpretativas, por exemplo, pois o meio ambiente é a prioridade de qualquer unidade de conservação. Com relação ao aspecto cultural, as comunidades locais devem estar bem cientes sobre a valorização de sua cultura, pois caso contrário, o contato com os turistas pode desencadear um processo de aculturação. Nessa perspectiva, o ecoturismo pode ser tão benéfico para as populações tradicionais e para os recursos naturais da Floresta Nacional de Caxiuanã, mas também pode ser prejudicial, à medida que é concebido sem o planejamento necessário. Portanto, é necessário que todos os princípios e valores que o ecoturismo representa sejam considerados durante o planejamento e implementação do mesmo, a fim de que os habitantes da FLONA possam de fato serem beneficiados, bem como os recursos naturais possam ser preservados e utilizados de forma sustentável, proporcionando os melhores caminhos para o desenvolvimento local.

Referências bibliográficas

BRASIL. Instituto Chico Mendes para Conservação e Biodiversidade. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Caxiuanã**. Brasília:ICMBIO, 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: MMA, 1994.

MIRANDA, B.B. *et al.* **Ecoturismo em Caxiuanã**: Possibilidades para um desenvolvimento sustentável em meio a rios e florestas. 2015. Relatório de pesquisa de Campo. Breves: Universidade Federal do Pará, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

SOCIEDADE INTERNACIONAL DE ECOTURISMO (TIES). **Conceito de Ecoturismo**. Disponível em: <http://www.ecotourism.org>. Acesso em 22 de agosto de 2016.

SILVA, W.S. *et al.* Ecoturismo, Preservação e Desenvolvimento Local: algumas considerações. **Revista ACTA Geográfica**, ANO I, nº2, jul./dez. de 2007. p.105-109.

TABOSA, F.J.S. *et al.* **Desenvolvimento local e capital social: uma leitura sobre os núcleos e arranjos produtivos do estado do ceará**. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/12/05P308.pdf> >. Acesso em: 22 de agosto de 2016.

Silvia Helena Ribeiro Cruz: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
E-Mail: [silhcruz@gmail.com](mailto:silhacruz@gmail.com)

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8432421463410679>

Fabricio Lemos de Siqueira Mendes: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

E-Mail: fabriciolsm@ufpa.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7245720087255239>

Raul Ivan Raiol de Campos: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

E-Mail: raulcampos@ufpa.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/681533068483520>

Data de submissão: 31 de agosto de 2016

Data de recebimento de correções: 12 de outubro de 2016

Data do aceite: 15 de outubro de 2016

Avaliado anonimamente